Breves conexões entre a motivação das decisões judiciais e o campo da inteligência artificial

Brief connections between the motivation of judicial decisions and the field of artificial intelligence

SÉRGIO AUGUSTO DA COSTA GILLET
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul, PUCRS, Brasil.

VINÍCIUS JOSÉ ROCKENBACH PORTELA
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul, PUCRS, Brasil.

RESUMO O avanço tecnológico no campo da inteligência artificial (IA) vem crescendo, aventando a possibilidade que máquinas possam tomar decisões, inclusive na seara jurídica. Com essa realidade, este artigo objetiva lançar algumas ideias entre a motivação das decisões judiciais e a utilização de IA para julgar litígios. Utilizando o método indutivo, discorreu-se sobre ambos os temas de modo a encontrar pontos de encontro e de ruptura na capacidade de uma IA julgadora poderem motivar decisões judiciais em atenção às diretrizes legais e constitucionais. Conclui-se que o campo da IA atual ainda não é totalmente capaz de atender a essas diretrizes, em razão da dificuldade em replicar a argumentação humana necessária para se proceder a motivações com teor jurídico por envolver valores e normas.

Palavras-chave: MOTIVAÇÃO. DIREITOS FUNDAMENTAIS. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.

ABSTRACT The technological advancement in the field of artificial intelligence (A.I.) has been growing exponentially, with the possibility that machines can make decisions, including legal ones. With this reality, this article aims to throw some ideas between the motivation of judicial decisions and the use of

IAs to judge litigation. Using the inductive method, it was discussed on both topics in order to find points of meeting and rupture in the ability of IA sin being able to motivate judicial decisions in attention to the legal and constitutional guidelines. It is concluded that current IAs are not yet fully capable of meeting these guidelines because of the difficulty in replicating the human argument needed to carry out legal reasons for involving values and norms.

Key-words: MOTIVATION. FUNDAMENTAL RIGHTS. ARTIFICIAL INTELLIGENCE.

INTRODUÇÃO

Até o fim do século XVII era comum os juízes proferirem decisões imotivadas, o que trazia insegurança jurídica para a sociedade, que desconfiava e desacreditava no Poder Judiciário, diante de decisões injustas proferidas conforme o livre-arbítrio dos juízes e sem qualquer compromisso com a lei.

Em razão desses problemas, a necessidade de motivação das decisões judiciais adquiriu, a partir do século XVIII, *status* de obrigatoriedade no ordenamento jurídico de diversos países e, posteriormente, *status* de preceito fundamental insculpido em muitas constituições, inclusive na Constituição do Brasil, país no qual a motivação das decisões judiciais é uma garantia constitucional e um direito fundamental do cidadão.

Ocorre que, com os avanços tecnológicos e diante do crescente aumento do número de processos que abarrotam o Poder Judiciário, passou-se a cogitar a utilização de inteligência artificial na motivação das decisões judiciais, com o escopo de agilizar os trâmites dos processos, proferindo-se decisões judiciais em menor espaço de tempo.

Diante desse contexto, este trabalho tem como desígnio tecer algumas considerações sobre a motivação das decisões judiciais, bem como, a respeito do uso das novas tecnologias atreladas ao processo, principalmente acerca da possibilidade de utilização de inteligência artificial na motivação das decisões judiciais.

Adianta-se que não se pretende no presente artigo esgotar o assunto, mas, sim – respeitando-se os limites impostos a esse tipo de produção acadêmica – tecer algumas considerações a respeito desse tema de grande

relevância nos dias de hoje, dada a necessidade constante de se perquirir meios tecnológicos capazes de auxiliar o Poder Judiciário no aprimoramento do trâmite processual em verdadeira Administração da Justiça.

Denota-se daí a relação da temática com as pesquisas desenvolvidas pelos autores no âmbito dos Grupos de Pesquisas *Novas Tecnologias, Processo e Relações de Trabalho* e *Jurisdição, Efetividade e Instrumentalidade do Processo* vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O método de abordagem utilizado no presente artigo foi o indutivo, visto que foram verificadas as relações existentes entre os fenômenos em estudos, quais sejam, a motivação das decisões judiciais tanto na perspectiva de direito fundamental quanto na de argumentação jurídica e as inteligências artificiais capazes de aprender e argumentar de modo a poderem ser utilizadas para julgar ou auxiliar no julgamento. Dessa forma, a pesquisa foi bibliográfica e documental com caráter explicativo.

Para alcançar os objetivos e para melhor desenvolvimento do tema proposto, o presente trabalho foi dividido em cinco tópicos. Nos três primeiros, se fará a abordagem do dever constitucional de motivação das decisões judiciais, trançando a sua relação com a argumentação jurídica e com o Novo Código de Processo Civil. Em seguida, nos dois últimos tópicos, abordam-se as compreensões necessárias para o esclarecimento da natureza e da situação no campo da inteligência artificial (IA) para que seja possível analisar em que medida uma IA pode ser utilizada de modo efetivo pelo Poder Judiciário sem aviltar o direito fundamental à motivação das decisões judiciais e, assim, garantir o devido processo legal.

1. MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

As decisões judiciais pelas quais o juiz se pronuncia são classificadas em três espécies, mormente sentenças, decisões interlocutórias e despachos, conforme o *caput* do artigo 203 do Código de Processo

Civil (CPC). Todas elas são compostas por três elementos essenciais, nos termos dos incisos do artigo 489 do CPC, sem os quais a decisão padece de vício, ensejando, assim, a sua nulidade.

O primeiro deles é o relatório que conterà os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo, conforme o artigo 489, inciso I, do CPC. O segundo são os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito, nos termos do artigo 489, inciso II, do CPC. E o terceiro é o dispositivo em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem, consoante o artigo 489, inciso III, do CPC.

É a união desses três requisitos que compõe as decisões judiciais. Basta, então, a ausência de apenas um desses elementos para que a decisão judicial seja considerada nula, de forma que todos eles são importantes para a composição das decisões proferidas no curso do processo.

Não obstante, é inegável que um dos principais elementos da sentença é a fundamentação, isto é, a exposição dos motivos de fato e de direito que levarão ao convencimento do magistrado.

A magnitude desse elemento fez que o legislador constituinte, preocupado com a segurança jurídica (PRETTO, 2010, p. 123-124) e com a publicidade dos atos processuais, fizesse constar no texto constitucional que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade (PRETTO, 2010, p. 124-125), podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e aos seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação, nos termos do artigo 93, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB).

A fundamentação é hoje, portanto, “uma garantia da cidadania e um direito fundamental do cidadão” (SCHIAVI, 2013, p. 722). No mesmo sentido, Carlos Aurélio Mota de Souza ensina:

[...] ao ser constitucionalizado o preceito sobre a fundamentação das decisões judiciais,¹ ficou assegurada processualmente aos cidadãos e à sociedade, além da satisfação de interesses privados, também uma ampla garantia dos direitos fundamentais, especificamente os princípios de acesso à justiça, ao devido processo legal e à irretroatividade da coisa julgada, implícita à segurança jurídica (2016, p. 370).

Todas as espécies de decisões judiciais devem ser, por força constitucional, motivadas, ou seja, devem expressar os motivos de fato e de direito que levarão ao convencimento do magistrado. O juiz, no exercício de suas funções, é obrigado a julgar os casos que são submetidos à sua jurisdição, sendo que na realização dessa tarefa deve, portanto, motivar suas sentenças por meio da exposição dos argumentos que o fizeram chegar à conclusão.

Esse exercício pressupõe uma lógica jurídica da argumentação, de modo que a decisão judicial é um ato em que ocorre a argumentação jurídica, pois, se o juiz é obrigado por lei a fundamentar de sua decisão judicial, o caminho para alcançar esse fim passa, necessariamente – como dito – pela argumentação.

Com o advento do novo CPC, o qual prima pela segurança jurídica e pela efetiva concretização do direito da parte, estabeleceu-se expressamente na lei as hipóteses em que não serão consideradas, para todos os efeitos legais, fundamentadas as decisões judiciais, atendendo, assim, ao dever constitucional de fundamentação.

O sistema jurídico-processual vigente é – como se verá – infenso às decisões implícitas, eis que todas elas devem ser motivadas por meio de um processo de argumentação jurídica.

¹ O “princípio da fundamentação das decisões judiciais, portanto, é um dos integrantes do modelo constitucional de processo que deve necessariamente ser observado no processo civil brasileiro (art. 1º.)” (CÂMARA, 2016, p. 276).

1.1 A motivação como forma de argumentação jurídica

O juiz, no exercício de suas funções, é obrigado a julgar e a motivar suas sentenças, ou seja, toda a sentença deve ser motivada por meio de um raciocínio jurídico, pressupondo, necessariamente, uma lógica jurídica da argumentação (PERELMAN, 2005, p. 469-472).

Dessa forma, o juiz em suas decisões judiciais deve justificar os fundamentos que construíram a sua convicção, o que implica “[...] num apelo à razão através do discurso da argumentação” (WEBER, 2008, p. 229).

Logo, a decisão judicial é um ato em que deve ocorrer a argumentação jurídica. É, segundo Chaïm Perelman, um *lugar* para a argumentação jurídica (2005, p. 559), pois se o juiz é obrigado pela lei a motivar a fundamentação de sua decisão judicial, o caminho para alcançar esse fim passa, necessariamente, pela argumentação. É corolário lógico, mas não formal e, sim, jurídico.

A motivação das decisões judiciais resulta do compromisso que o juiz tem de expor os argumentos jurídicos que o levaram a tomar sua decisão. É um exercício fundamental à boa administração da justiça.

A motivação das decisões judiciais, segundo Perelman, pode ser compreendida, ora como a indicação das razões que motivaram o julgamento, ora como a indicação das causas psicológicas que embasaram a decisão proferida pelo juiz (2005, p. 559).

Para alguns, a motivação pode ser compreendida como o fundamento, a legitimação ou a justificação de uma decisão judicial (PERELMAN, 2005, p. 559). Para outros, a motivação é a indicação na decisão dos dispositivos legais que foram aplicados ao caso em concreto.

Motivar uma sentença, nos dizeres de Perelman, é justificá-la e não “[...] é fundamentá-la de um modo impessoal e, por assim dizer, demonstrativo. É persuadir um auditório, que se deve conhecer, de que a decisão é conforme às suas exigências” (2005, p. 569-570).

Não obstante, entende-se que motivar uma decisão judicial é justificar as razões pelas quais foram adotados determinados critérios de convicção que levaram o intérprete à aplicação de uma norma e o afastamento de outra, enunciando-se todas as causas e as premissas fáticas

que fizeram parte de seu raciocínio jurídico e que serviram de sustentáculo para a sua decisão.

Desse modo, se faz necessária a motivação da decisão judicial principalmente nos casos em que há um conflito entre normas jurídicas ou quando há o afastamento de um precedente, pois toda mudança precisa ser justificada (WEBER, 2008, p. 228). Isto é, quando as particularidades do caso demandarem um maior grau de esforço interpretativo em virtude de uma colisão entre normas, o magistrado deverá – obrigatoriamente – decidir pela escolha de uma e o afastamento de outra norma jurídica, seja ela uma regra, seja ela um princípio.

Assim, a escolha e a fundamentação das normas jurídicas pelos juízes, deve ocorrer “[...] pela força da argumentação e pelo convencimento do auditório universal. Quando ocorrem conflitos entre princípios, não se pode deixar o assunto nas mãos discricionárias dos juízes”² (WEBER, 2008, p. 238), os quais devem escolher a norma jurídica que tenha maior força de argumentação que, por sua vez, fará parte da motivação da decisão judicial (WEBER, 2008, p. 238).

Essa operação deve ser construída pelos recursos da argumentação jurídica no discurso da motivação da decisão judicial, o que “[...] amplia a concepção de justiça para além da justiça puramente formal” (WEBER, 2008, p. 228). Para Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero:

A sentença é o momento em que ocorre a interpretação e a aplicação do direito no processo judicial. O juiz, a partir do diálogo com as partes, interpreta e aplica o direito a fim de resolver a controvérsia apresentada em juízo.

Como nem os fatos e nem o direito independem de interpretação, o material com que trabalha o juiz no processo é o resultado de uma operação interpretativa. Dada a dupla indeterminação do

² No “âmbito judicial, o termo ‘discricionariedade’ refere-se a um espaço a partir do qual o julgador estaria legitimado a criar a solução adequada para o caso que lhe foi apresentado a julgamento” (STRECK, 2011, p. 40).

direito (oriunda da equivocidade dos textos e da vagueza das normas), o juiz para sentenciar tem que primeiro decidir-se a respeito de como disporá a indeterminação inerente ao problema jurídico. Daí que a sentença depende de decisões interpretativas, sem as quais não há ainda norma a ser aplicada para solução do caso concreto (2015).

Logo, a sentença contém decisões interpretativas (MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, 2015) e, por isso, é o momento em que se deve realizar um raciocínio construído por meio da argumentação jurídica para justificação da decisão tomada. Cabe, nesse sentido, o pensamento de Otávio Motta, pelo qual:

[...] Estado Constitucional é um Estado que se justifica, quando se compreende que o direito não é um objeto pronto, mas é uma prática argumentativa que depende do processo de interpretação e que esse, por sua vez, demanda decisões e escolhas por parte do intérprete, percebe-se uma correlata elevação do grau de justificação judicial, que passa a ser o modo de demonstrar a racionalidade da decisão, fundamento necessário de legitimação da intervenção estatal na esfera jurídica das pessoas. O discurso justificativo passa a ser o elemento de diferenciação e legitimação das decisões judiciais (2015).

Certo é, portanto, que o juiz possui um poder discricionário³ no julgamento das demandas judiciais, de modo que em suas decisões realiza a atividade interpretativa da lei, possuindo uma “[...] margem de apreciação, mas não pode exercer seu poder de uma forma arbitrária [...]” (PERELMAN, 2005, p. 565) ou desarrazada.

³ Segundo Ronald Dworkin, um “[...] homem tem poder discricionário se seu dever for definido por padrões que pessoas razoáveis podem interpretar de maneiras diferentes” (2002, p. 108-109).

Sendo, dessa forma, detentores – em um regime democrático – de um poder discricionário, os magistrados devem prestar contas do modo como o usam mediante a motivação de suas decisões, que – segundo Perelman – variarão conforme seus destinatários e o papel que cada jurisdição deve cumprir (PERELMAN, 2005, p. 566).

Os tribunais inferiores deverão justificar-se, mediante a motivação, perante as partes, perante a opinião pública esclarecida, mas sobretudo perante as instâncias superiores, que poderiam exercer seu controle em caso de apelação ou recurso de cassação. As jurisdições superiores, por terem o cuidado de unificar a jurisprudência e de estabelecer a paz judiciária, se esforçam em convencer as cortes e tribunais de que a solução por elas apresentadas é, todas as vezes, a mais conforme ao direito em vigor e a mais adequada aos problemas que se procura resolver (PERELMAN, 2005, p. 566-567).

Assim, se a decisão judicial não for motivada, ela será arbitrária, o que é – como já salientado – vedado por nosso ordenamento jurídico.

Por conseguinte, o juiz deve motivar suas decisões, justificando as razões pelas quais foram adotados determinados critérios de convicção que o levaram à aplicação de uma norma e o afastamento de outra, enunciando-se todas as causas e as premissas fáticas que fizeram parte de seu raciocínio jurídico e que serviram de sustentáculo para a sua conclusão. Só assim se poderá falar, de fato, em realização da justiça por meio do Poder Judiciário.

1.2 A motivação das decisões judiciais no novo processo civil

O novo CPC, primando pela segurança jurídica (DELIZOICOV, 2015, p. 225) e pela efetiva concretização do direito da parte, bem como, em atenção ao comando constitucional previsto no inciso IX do

artigo 93 da CRFB estabeleceu a fundamentação analítica⁴ das decisões judiciais ao dispor expressamente as hipóteses em que se considerará a ausência de fundamentação no parágrafo primeiro de seu artigo 489, que diz que não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que seja eivada por alguma das situações previstas em seus incisos. Assim, para Humberto Theodoro Júnior:

O novo Código foi severo e minucioso na repulsa à tolerância com que os tribunais vinham compactuando com verdadeiros simulacros de fundamentação, em largo uso na praxe dos juízos de primeiro grau e nos tribunais superiores. Enumerou, em longa série, situações em que, exemplificativamente, a sentença não pode, in concreto, ser havida como fundamentada em sentido jurídico (art. 489, § 1º.). Vale dizer, a legislação atual preocupou-se com a motivação da decisão judicial (seja ela interlocutória, sentença ou acórdão), a qual, segundo Taruffo, deve (i) existir de fato; (ii) ser completa; e (iii) ser coerente. Há, evidentemente, em um processo que se pretende democrático e cooperativo, um maior rigor do legislador com relação à motivação. De tal modo, não é qualquer palavreado do julgador que se pode ter, para o Código, como fundamento da decisão judicial. A sentença só será havida como fundamentada quando sua motivação se apresentar como adequada lógica e juridicamente (THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 1.062).

Dessa forma, a motivação deficiente ou precária será equiparada à ausência de fundamentação, o que enseja a nulidade do ato jurisdicional decisório (AMARAL, 2015). Ou seja, a fundamentação precária – equiparada à ausência de motivação ou fundamentação pelo

⁴ “É o que chamamos do ‘fundamento do fundamento’: as partes têm o direito de saber quais as premissas que o juiz levou em consideração para tomar aquela decisão” (PINHO, 2015, p. 124). O problema da fundamentação das decisões judiciais não se restringe ao enfrentamento pela doutrina pátria, causando preocupação, também, na doutrina estrangeira (TARUFFO, 2015).

CPC – enseja negativa de prestação jurisdicional, consoante iterativa e atual jurisprudência dos tribunais pátrios.

Isso porque a devida motivação da sentença garante às partes (função endoprocessual) e ao órgão recursal (função exoprocessual ou extraprocessual) o controle do raciocínio adotado por quem a proferiu⁵ e reflete o efetivo diálogo⁶ entre os sujeitos do processo sobre a causa,⁷ sendo, dessa forma, fundamental para o atual processo civil de corte colaborativo.⁸

Na fundamentação da decisão judicial, o juiz deverá expor os motivos determinantes para seu convencimento, tanto para o acolhimento, total ou parcial, dos argumentos da parte vencedora, quanto para o desacolhimento, total ou parcial, dos argumentos da parte derrotada. Trata-se da clara exposição do caminho lógico percorrido pelo juiz, que auxilia na efetiva distinção entre a sentença legítima e a sentença arbitrária (AMARAL, 2015).

A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé, conforme o artigo 489, parágrafo terceiro, do CPC. Se no caso em apreço houver colisão entre normas – como ocorre nos casos difíceis

⁵ Essa “[...] dupla função da motivação é fundamental. Assim, será mais fácil compreender porque a decisão judicial é um duplo discurso: um discurso para a solução do caso, dirigido às partes, e um discurso para a formação do precedente, dirigido à coletividade” (DIDIER; BRAGA; OLIVEIRA, 2015, p. 315).

⁶ A devida e correta argumentação exposta nas decisões judiciais, procedida por meio do diálogo do juiz para com as partes, é hoje expressão da garantia constitucional ao devido processo legal e à ampla defesa no Estado Democrático de Direito.

⁷ As disposições contidas no CPC reforçam a ideia de que as partes devem participar da construção da decisão judicial, o que faz que o dever de fundamentação calcado no debate entre os sujeitos do processo se relacione estritamente com o princípio da dignidade da pessoa humana (MEDEIROS NETO; TOLEDO, 2017, p. 401).

⁸ Nesse sentido, é imperioso destacar que o Novo Código de Processo Civil tem como norma fundamental o dever de colaboração entre os sujeitos do processo, consoante se observa do disposto no artigo 6º, que diz que todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva (AMARAL, 2015).

– o juiz deve justificar⁹ o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão, consoante o artigo 489, parágrafo segundo, do CPC.

Isto é, toda vez que o intérprete precisar optar entre uma norma em desfavor de outra, elegendo certa regra ou determinado princípio que utilizará em sua motivação como fundamento para a sua conclusão, deve justificar a decisão tomada e a escolha realizada por meio de um processo cognitivo “[...] que passa a ser o modo de demonstrar a racionalidade da decisão, fundamento necessário de legitimação da intervenção estatal na esfera jurídica das pessoas” (MOTTA, 2015).

No novo processo civil, portanto, o “[...] discurso justificativo passa a ser o elemento de diferenciação e legitimação das decisões judiciais” (MOTTA, 2015). Logo, na motivação da decisão judicial, o magistrado deve apreciar e resolver todas “[...] as questões de fato e de direito que são postas à sua análise” (DIDIER; BRAGA; OLIVEIRA, 2015, p. 316).

Se a motivação for genérica e não enfrentar uma a uma as particularidades do caso em concreto (ou seja, invocar argumentos que se prestariam a justificar qualquer decisão), a decisão judicial será considerada, para os efeitos legais e constitucionais, *desfundamentada*, sendo, assim, nula de pleno direito. A regra da motivação, portanto, compõe o conteúdo mínimo da decisão judicial (em conjunto com o relatório e o dispositivo), sem a qual não há que se falar em devido processo legal (DIDIER; BRAGA; OLIVEIRA, 2015, p. 317).

Por conseguinte, com o advento do Novo Código de Processo Civil, a positivação das circunstâncias em que a decisão judicial não será considerada fundamentada, corrobora o entendimento no sentido de que a motivação deve ser racional e uma forma de controle do poder discricionário do juiz, o qual deverá explicar suas escolhas quanto

⁹ Segundo Otávio Verdi Motta, o “[...] processo de justificação conta como uma linha argumentativa e uma linha lógica: a justificação será racional se justificar as premissas normativas e fáticas (justificação externa) e o nexo de lógico entre premissas e conclusão (justificação interna)” (MOTTA, 2015).

à valoração que fez a respeito das provas, dos fatos e dos argumentos levantados pelas partes (DIDIER; BRAGA; OLIVEIRA, 2015, p. 317). O “[...] seu principal objetivo é permitir o controle dessa justificativa, evitando que se produza um discurso superficial (retórico) e vazio ao qual se adere por emoção, gerando um consenso irracional” (DIDIER; BRAGA; OLIVEIRA, 2015, p. 316).

2. COMPREENSÕES SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A tendência inexorável da contemporaneidade é que a automação e a virtualização de vários aspectos cotidianos se tornem cada vez mais frequentes e até imprescindíveis. Os detalhes da vida de cada indivíduo se transformaram em dados armazenados na nuvem e cruzados para determinar o passo seguinte a ser dado de modo automatizado e virtualizado.

Essa atividade de conhecimento de dados e tomada de decisão – de modo simplificado –, quando é feita por uma máquina computacional, o que pode significar que se está possivelmente diante de alguma espécie de inteligência artificial (CELLA; VAZ, 2013). De forma virtual e automatizada, um computador dá uma resposta a um problema proposto a partir dos dados a que tem acesso. Virtual por ocorrer no campo dos *bits*;¹⁰ e automatizado por ser realizado por uma máquina (SERBENA, 2013).

Utilizando as lógicas contemporâneas – ou não clássicas –, as inteligências artificiais são sistemas computacionais com funções cognitivas. A principal lógica empregada é a paraconsistente, que difere da lógica clássica por não se limitar a verdadeiro e falso, mas por incluir a inconsistência de que proposições contraditórias sejam tomadas por verdadeiras como fator de influência para a resposta ao final, que tentará ser mais que consistente – daí o termo *paraconsistente* (VARELA, 2013).

Nesse sentido, uma inteligência artificial, ancorada em lógicas paraconsistentes, tem o condão de replicar a mente humana na tomada de decisões, por elas não se restringirem à binariedade presente nas

¹⁰ *Bit* é a unidade de informação, pelo que 8b (oito *bits*) equivalem a 1B (um *byte*).

lógicas clássicas. O ser humano, ao decidir por A ou B, o faz por vários fatores que levam a considerar A ou B como consistentes, ou seja, que as inconsistências fatoriais de A ou B os tomam por verdadeiros. A ponderação necessária para decidir por A ou B não consegue ser resolvida pela lógica clássica, marcada pela binariedade do verdadeiro ou falso (CELLA; VAZ, 2013).

Não obstante a mente humana seja passível de replicação por uma inteligência artificial pela aplicação da lógica paraconsistente, é necessário ainda que a inteligência artificial seja capaz de aprender, tal como o cérebro humano o faz, utilizando uma rede neural capaz não apenas de armazenar os dados e lhes aplicar a lógica paraconsistente, mas também capaz de interpretar e argumentar sobre os dados a que tem acesso e os dados obtidos como resultado da lógica paraconsistente (SERBENA, 2013).

Nesse sentido é que surgem as inteligências artificiais ancoradas em redes neurais, de modo a replicarem o comportamento neuronal do cérebro humano, tornando-as capazes de aprender. O fenômeno da aprendizagem há de fazer que, no futuro, as inteligências artificiais, ao serem aperfeiçoadas, possam replicar, inclusive, a linguagem natural. Todavia, ainda não são capazes de extrapolar a linguagem por meio de correlações e imaginação, que as diferem dos seres humanos (CELLA; VAZ, 2013).

3. POSSIBILIDADES DE INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS JULGADORAS

Com a possibilidade de se replicar o resultado do pensamento humano em situações restritas por meio da lógica paraconsistente aliado ao avanço das inteligências artificiais que procuram imitar a aprendizagem pelo cérebro humano da linguagem natural, exsurge a questão central do presente estudo, senão a possibilidade de uso de inteligências artificiais para a construção de decisões judiciais, pois produzidas por mentes humanas: as dos juízes, em verdadeira (re)construção do direito por meio da argumentação jurídica.

Antônio Carlos Serbena é luminar sobre as possibilidades de aplicação de inteligências artificiais no direito, notadamente como auxilia-

res para os juristas no exercício da profissão (2013). Para o autor, o que se pode considerar é a utilização para as demandas conhecidas como *easy cases*, pois não demandam alto grau de argumentação para a sua persuasão e resolução. Será que as inteligências artificiais atuais seriam capazes, por exemplo, de julgar uma simples ação de cobrança sem cometer “injustiça”?

Pedro Madalena e Álvaro Borges de Oliveira puderam demonstrar a utilização do Sistema Especialista enquanto inteligência artificial programada para julgar, submetendo um caso hipotético e um caso concreto ao programa com resultados satisfatórios: tratou-se de preenchimento de formulário sobre as questões pertinentes ocorridas no processo, com submissão de justificativas (2008).

O programa, usando de lógica paraconsistente, produziu uma sentença que, ainda que lhe percebesse a falta da linguagem natural, julgava de modo correto e esperado ambos os casos de cobrança de dívida inscritas em duplicata e nota promissória, respectivamente, ao que podem ser facilmente consideradas como *easy cases*.

As redes neurais, por sua vez, por poderem aprender, podem ser utilizadas com maior intensidade quando se tem a consolidação dos precedentes no ordenamento jurídico brasileiro. Conforme Cella e Vaz, a capacidade de as redes neurais aprenderem possibilita que saibam distinguir o litígio que se submete ao precedente ou que não se lhe submete (2013).

Nesse ponto, com a produção seguida de precedentes judiciais por meio de vários institutos novos e reformulados pelo novo CPC – incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência, respectivamente –, vislumbra-se que o Poder Judiciário poderia tomar esforços para a implementação nos sistemas de e-processo redes neurais capazes de, ao analisarem eventual petição inicial, já perceberem a existência de precedente sobre a matéria e indicá-la, ou, ainda, de modo mais ousado, julgá-la de plano, como bem ensinam Cella e Vaz (2013).

O problema, todavia, ainda é o empecilho da linguagem natural atrelado a questões semânticas, pela qual a mente humana é capaz de

construir argumentos, especificamente os jurídicos, em razão da criatividade em se comunicar por meio de linguagem que precisa de contexto para fazer sentido. As lógicas paraconsistentes podem ajudar a contornar isso por trabalharem com argumentos valorativos, conforme ensina Newton da Costa (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo o que foi dito, pode-se concluir que todas as espécies de decisões judiciais devem ser, por força constitucional, motivadas, ou seja, devem expressar os motivos de fato e de direito que levaram ao convencimento do magistrado. Esse exercício pressupõe uma lógica jurídica da argumentação, de modo que a decisão judicial é um ato em que ocorre a argumentação jurídica, pois, se o juiz é obrigado por lei a fundamentar de sua decisão judicial, o caminho para alcançar esse fim passa, necessariamente – como dito – pela argumentação.

Pensando nisso, o legislador do Novo Código de Processo Civil tratou de positivar expressamente os elementos indispensáveis à fundamentação de toda e qualquer decisão proferida no processo, destacando as hipóteses em que não serão consideradas, para todos os efeitos legais, fundamentadas as decisões judiciais, atendendo, assim, ao dever constitucional de motivação.

A argumentação é exercício próprio de entes capazes de aprenderem e se exprimirem por meio da linguagem natural, pelo que as inteligências artificiais atuais estão caminhando para esse cenário a partir de tecnologias como as redes neurais e as lógicas paraconsistentes. Nesse sentido, as inteligências artificiais, à medida que podem argumentar, podem ser utilizadas para a formação de decisões como o juiz humano o faz, ou ao menos auxiliando-o.

Todavia, a compreensão da semântica atrelada à linguagem natural ainda não é totalmente possível pelas inteligências artificiais atuais, razões pelas quais seu uso se limita a mero auxílio ao juiz na atividade cognoscitivo-argumentativa, ainda não sendo possível a substituição total do homem pela máquina.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Guilherme Rizzo. **Comentários às alterações do novo CPC**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. Disponível em: <https://proview.thomson-reuters.com/>. Acesso em: 13 jun. 2016.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CELLA, José Renato Gaziero; VAZ, Ana Carolina. Técnica do autoprecedente e inteligência artificial nos processos judiciais eletrônicos. In: SERBENA, César Antônio (Coord.). **e-Justiça e processo eletrônico: anais do 1º. Congresso de e-Justiça da UFPR**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 127-150.

COSTA, Newton Carneiro Affonso da. Lógica, informática e direito. In: SERBENA, César Antônio (Coord.). **e-Justiça e processo eletrônico: anais do 1º. Congresso de e-Justiça da UFPR**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 23-26.

DELIZOICOV, Daniel Kroboth. Enfim, um novo Código de Processo Civil: breves apontamentos sobre a Lei n. 13.105/15. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 15 (28): 223-228, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/2505/1458>. Acesso em: 10 mai. 2018.

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela**, 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2015, v. 2.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Tradução e notas de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MADALENA, Pedro; OLIVEIRA, Álvaro Borges de. **Organização e informática no Poder Judiciário: sentenças programadas em processo virtual**, 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. Disponível em: <https://proview.thomsonreuters.com/>. Acesso em: 15 set. 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**: tutela dos direitos mediante procedimento comum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 2. Disponível em: <https://proview.thomsonreuters.com/>. Acesso em: 15 set. 2016.

MEDEIROS NETO, Elias Marques; TOLEDO, André Medeiros. A dignidade da pessoa humana e o novo Código de Processo Civil. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 17 (32): 357-407, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/3349/1977>. Acesso em: 10 mai. 2018.

MOTTA, Otávio. **Justificação da decisão judicial**: a elaboração da motivação e a formação de precedente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. Disponível em: <https://proview.thomsonreuters.com/>. Acesso em: 13 jun. 2016 (Coleção O Novo Processo Civil).

PERELMAN, Chaïm. **Ética e direito**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito processual civil contemporâneo**: teoria geral do processo, 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, v. 1.

PRETTO, Renato Siqueira de. Motivação judicial e o art. 252 do novo regimento interno do Tribunal de Justiça de São Paulo. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 10 (19): 117-136, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/244>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**, 6. ed. São Paulo: LTr, 2013.

SERBENA, César Antônio. Perspectivas de aplicações da inteligência artificial no direito. In: SERBENA, César Antônio (coord.). **e-Justiça e processo eletrônico**: anais do 1º. Congresso de e-Justiça da UFPR. Curitiba: Juruá, 2013, p. 41-58.

SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. Motivação e fundamentação das decisões judiciais e o princípio da segurança jurídica. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 355-376, 2006. Disponível em: <http://www.esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/345>. Acesso em: 15 ago. 2016.

STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso: Constituição, hermenêutica e teorias discursivas**, 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TARUFFO, Michele. **A motivação da sentença civil**. Tradução de Daniel Mididiero, Rafael Abreu e Vítor de Paula Ramos. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum**, 57. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016, v. 1.

VARELA, Diego A. Lógica paraconsistente: lógicas da inconsistência formal e dialeteísmo. **Fundamento**, Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 186-201, set./dez. 2010.

WEBER, Thadeu. Justiça e poder discricionário. **Direito Fundamentais & Justiça**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, jan./mar. 2008.

SOBRE OS AUTORES

SÉRGIO AUGUSTO DA COSTA GILLET

Doutorando e Mestre em Direito pela PUCRS. Especialista em Direito Processual Civil pela PUCRS. Professor Convidado em Especializações do IMED e da PUCRS. Advogado.

CV: <http://lattes.cnpq.br/2443033476148063>

Email: sergio.gillet@gmail.com

VINÍCIUS JOSÉ ROCKENBACH PORTELA

Mestre em Direito pela PUCRS. Especialista em Direito do Trabalho pela UFRGS. Advogado.

CV: <http://lattes.cnpq.br/8433623843360577>

Email: vjrportela@hotmail.com

Submetido em: 8-3-2018

Aceito em: 9-5-2018